

## **A narrativa majoritária do empreendedorismo no Brasil: facetas da colonialidade e do racismo estrutural**

Thiago Cunha De Oliveira  
Stella Mendonça Caetano

### **Resumo**

Os aspectos estruturantes do Brasil contemporâneo, assim como a realidade dos sujeitos neles inseridos, especialmente dos negros, devem ser contextualizados e analisados levando-se em consideração o passado colonial do país (Fernandes, 1968; Furtado, 1974; Williams, 2012). Nesse sentido, a tese concernente ao presente ensaio é que existe uma narrativa majoritária sobre o empreendedorismo no campo da Administração no Brasil e, assim, buscou-se identificar e discorrer sobre qual é, como se configura e quais são as implicações da citada narrativa majoritária sobre empreendedorismo para o racismo de cunho estrutural no Brasil, a fim de propor pistas epistêmicas para que tal aspecto seja mitigado no campo de pesquisa analisado. A fim de responder ao objetivo proposto, recorreu-se aos conceitos de colonialidade do saber (Mignolo, 2017) e colonialidade do poder (Quijano, 2005), ambos relacionados à ótica decolonial, e racismo estrutural (Almeida, 2018). Aponta-se que a narrativa majoritária, acriticamente importada do norte global, fortalece o racismo estrutural, e, dessa forma, foram propostas três pistas para mitigar tal aspecto na área analisada.

**Palavras-Chave:** Empreendedorismo; Colonialidade; Racismo Estrutural.

## 1. Introdução

Para diversos pensadores relacionados à ótica decolonial, como Dussel, Mignolo, Quijano, Wallerstein e outros, o momento histórico conhecido como “descobrimto da América” é, de fato, o que marcou o início da denominada modernidade, estando ambos os episódios diretamente atrelados (Ballestrin, 2013). Assim, para Mignolo (2003), tal momento é passível de comparação ao entendimento de que a civilização grega fora o despertar da civilização ocidental.

Embora a América Latina, assim como outras regiões, tenha passado por um processo de descolonização, tal movimento, de acordo com Grosfoguel e Maldonado-Torres (2008), foi incompleto, por ter consistido apenas no âmbito político-institucional e, assim, estar relacionado ao colonialismo, ao passo que a colonialidade é uma forma de dominação que o transpassa ao apropriar-se, além do território geográfico, das produções sociais que influenciam nas subjetividades (Bauer, Silva, & Wanderley, 2019).

Assim, apesar da formação de distintos países e, ainda, a independência desses para com suas colônias, a lógica colonial, intrinsecamente conexas às desigualdades raciais (Quijano, 2000), se manteve até o presente momento na América Latina, estando relacionada, especialmente, à expansão do imperialismo e do capitalismo sob outras facetas nas subjetividades dos colonizados, se materializando, ademais de outras formas, em um cenário de dependência cultural e epistemológica, por partes dos países da região, para com os do norte global (Silva, Baltar, & Lourenço, 2018).

Dessa maneira, tal dependência cultural e epistemológica é respaldada por uma perspectiva acerca de uma suposta neutralidade e universalidade no conhecimento – especialmente o advindo dos países centrais<sup>1</sup> – pertencente à ideia moderna de ciência, implicando em uma dependência, também acadêmica, do legado eurocêntrico e estadunidense e, conseqüentemente, resultando em uma desigualdade no que tange a produção, distribuição e divulgação de perspectivas oriundas dos países do sul denominados periféricos e semiperiféricos (Beigel & Sabea, 2014; Tirado, 2009).

A citada dominação ocorre também no campo da Administração (Abdalla & Faria, 2017; Carvalho, Ipiranga, & Faria, 2017; Faria & Wanderley, 2013) e, Consoante Ibarra-Colado (2006), igualmente nos estudos organizacionais, área na qual os referenciais comuns à América Latina, assim como seus laços históricos e passados coloniais, não tendem a serem levados em consideração nas pesquisas realizadas.

Acerca da temática do empreendedorismo, essa tem sido, cada vez mais, um tema recorrente nas pesquisas em administração, tanto no âmbito brasileiro (Gimenez, 2017; Rosolen, Tiscoski, & Comini, 2014; Silveira & Silveira-Martins, 2016) quanto no internacional (Rey-Martí, Ribeiro-Soriano, & Palacios-Marques, 2016; Servantie, Cabrol, Guieu, & Boissin, 2016; Vallaster, Kraus, Lindahl, & Nielsen, 2019).

Ademais, o termo empreendedorismo está fortemente alinhado à ideologia neoliberal de redução do Estado e, assim, a fenômenos de redução de políticas públicas (Costa, Barros, & Martins, 2012), sendo, normalmente, compreendido como uma forma de prover crescimento econômico aos países (Toma, Grigore, & Marinescu, 2014; Wiklund, Davidsson, Audretsch, & Karlsson, 2011) e regiões dentro de um mesmo Estado (Barros & Pereira, 2008; Ramos, Albuquerque, Ribeiro, & Souza, 2020) e, ainda, de ascensão social aos distintos sujeitos por meio da meritocracia, sendo esses considerados os únicos responsáveis por suas vitórias ou derrotas (Albagli & Maciel, 2003; Costa et al., 2012; Novaes & Gil, 2009; Streeck, 2018).

Cabe-se ressaltar que o Brasil contemporâneo necessita ser contextualizado e analisado a partir de sua formação colonial que não foi concluída (Fernandes, 1968; Furtado, 1974), assim como a realidade do negro – tal qual o racismo que sofre – deve ser compreendida sob a prisma

---

<sup>1</sup> A divisão dos países entre centrais, semiperiféricos e periféricos, advém da teoria do sistema-mundo (Wallerstein, 1974), na qual o capitalismo no âmbito global norteia as forças determinantes entre as nações.

da economia política (Alencastro, 2000; Williams, 2012) e, ainda, que nos estudos organizacionais, a temática tende a ser tratada de forma incipiente e não aprofundada com relação aos aspectos estruturais (Conceição, 2009; Oliveira, Pereira, & Souza, 2013).

Sobre a questão racial, para Bersani (2018), o racismo no Brasil, por ser estrutural, pode ser observado e identificado em diversas áreas nas quais se busque compreender as razões que mantêm e fortalecem tal contexto no âmbito da estrutura social do país, sejam econômicas, sociais, políticas, educacionais, entre outras, estando presente, além do plano da consciência, no da subconsciência.

Consoante o exposto, a tese concernente ao presente ensaio é que existe uma narrativa majoritária sobre o empreendedorismo no campo da Administração no Brasil e, dessa forma, o objetivo deste ensaio é apresentar e discorrer sobre qual é, como se configura e quais são as implicações da citada narrativa majoritária sobre empreendedorismo para o racismo de cunho estrutural no Brasil, a fim de propor pistas epistêmicas para que tal aspecto seja mitigado no campo de pesquisa analisado.

Nesse sentido, recorreu-se, no presente ensaio teórico, à lente decolonial, por nessa serem reconhecidos e abordados, também, os efeitos das relações coloniais tanto nas fronteiras externas quanto internas da América Latina que persistem até o momento atual, o que abarca, por exemplo, como se materializam as diferenças étnicas e raciais nos países da região, além de serem realizadas extensas críticas à subalternização dos negros racializados pelo colonizador, visto que a própria classificação racial foi originada no contexto colonial a fim da manutenção das estruturas de poder no sistema capitalista e colonial (Quijano, 2000).

Para responder ao objetivo proposto, primeiramente discorre-se sobre os conceitos de colonialidade do saber (Mignolo, 2017) e colonialidade do poder (Quijano, 2005), ambos relacionados à ótica decolonial, a fim de compreender sobre como os efeitos da colonialidade impactam tanto o pensamento científico quanto a realidade racial no Brasil; posteriormente aborda-se a questão do Racismo Estrutural (Almeida, 2018) e suas relações com o capitalismo no contexto brasileiro, visando apresentar de que formas o primeiro é impactado pelo segundo; a seguir, apresenta-se a narrativa majoritária sobre empreendedorismo nas pesquisas em Administração no Brasil e sua relação com os conceitos basilares para o presente ensaio; por fim, são apresentadas as considerações finais, nas quais as pistas epistêmicas propostas estão englobadas.

## **2. Referencial Teórico**

### **2.1 Colonialidade do saber e colonialidade do poder**

De acordo com Quijano (2010), a colonialidade, um dos elementos constitutivos do modelo mundial do capitalismo desde a constituição da América Latina, é imposta e mantida às sociedades a partir da imposição de classificações sociais que funcionam como base para o padrão de poder, agindo em distintos meios.

No âmbito epistemológico, embora distintos grupos tenham, no decorrer da história, elaborado discursos, crenças, ciências e instituições a partir de suas experiências, nenhum atingiu a ênfase totalitária e universalista advinda do período denominado como modernidade, iniciado com o Renascimento e culminando no Iluminismo, no qual os europeus passaram - ao impor sua cultura, literatura, arte, filosofia, ciência e forma de organização - a se ver como o centro do mundo e o ápice da evolução humana, assim como a entender o seu conhecimento como sendo universal (Pinto & Mignolo, 2015).

Assim, discorre Mignolo (2017) que, se por um lado a modernidade é uma narrativa complexa, originada na Europa, que ressalta a civilização ocidental a partir de suas conquistas,

de outro, esconde o seu lado escuro, a colonialidade. Ainda segundo o autor, aprofundando tal perspectiva, na realidade não há modernidade sem colonialidade, visto que esta é constitutiva daquela, tendo surgido, de fato, com a “descoberta” da América.

De fato, as conquistas da modernidade tendem a serem valorizadas em todos os âmbitos, inclusive o acadêmico, como apontado por Faria, Meneghetti e Stefani (2016), que explicitam que a modernidade é norteadada pela razão eurocêntrica, sendo essa a força que busca emancipar os homens perante os mitos, do preconceito, da inércia, da ilusão e do mecanicismo, consistindo, ainda, na faculdade da compreensão da realidade por meio do entendimento do mundo real; contudo, consoante Mignolo (2017), aspectos como genocídios, preconceitos e práticas econômicas que ceifam vidas humanas, relacionados à colonialidade – e, assim, à modernidade –, tendem a serem ocultados sob a retórica dos benefícios da modernidade.

Dessa forma, a partir da colonialidade do saber, fortalece-se uma narrativa que defende a universalidade do conhecimento – desde que esse esteja em consonância com o pensamento eurocêntrico ou seja derivado dele – e, assim, as epistemes oriundas de regiões periféricas e semiperiféricas se desenvolvem apenas nos espaço que lhe é permitido, o que mantém e fortalece aspectos da colonialidade no campo do conhecimento e do poder (Quijano, 2005; Tirado, 2009).

No Brasil, distintos pensadores se dedicaram a analisar, de forma estrutural, temáticas relacionadas à realidade do negro no país, inclusive em relação a aspectos econômicos, sob a ótica que, hoje, pode ser compreendida como decolonial, dado que consideraram tais aspectos a partir da realidade local, tais quais: Abdias do Nascimento, Clóvis Moura, Florestán Fernandes, Guerreiro Ramos, e outros (Bernardino-Costa & Grosfoguel, 2016).

Cabe-se destacar que Guerreiro Ramos, um dos pensadores mais citados nas pesquisas em estudos organizacionais no Brasil (Paula, Maranhão, Barreto, & Klechen, 2010), defendia, a partir do método crítico-assimilativo de redução sociológica (Ramos, 1996), que os pesquisadores levassem em consideração, ao realizar seus estudos, o contexto social no qual os sujeitos e objetos estão inseridos, dados que são constituídos por tal realidade. A redução sociológica, elaborada por Guerreiro Ramos está em consonância com a perspectiva do pensamento crítico de fronteira (Mignolo, 2000, 2009), compreendido como uma resposta do subalterno à imposição do pensamento eurocêntrico que sobrepõe outras formas de pensar, a partir da consideração das epistemologias localizadas nos lados oprimidos e explorados pela lógica colonial e da colonialidade – embora sem rejeitar o conhecimento advindo do norte global.

A colonialidade do saber é, contudo, uma das facetas da colonialidade do poder (Silva et al., 2018), caracterizada por Quijano (1995), criador do conceito, como o entrelaçamento de distintas hierarquias globais de dominação, capitaneadas pelo capitalismo e pela ruptura – promovida pelo norte global – entre o pensamento de base eurocêntrica e os demais, ancorada em um princípio organizador de raça e racismo, sendo um dos elementos fundantes das relações de poder, e tendo sua origem em 1492, junto com a América, Europa e capitalismo. Cabe-se destacar que o referido conceito, além de orientar relações hierárquicas a nível global, também as norteia em esferas intranacionais (Grosfoguel, 2003).

No que concerne à América Latina e à colonialidade do poder, tal divisão, com base na questão racial, não ficou restrita apenas ao período histórico denominado colonial, visto que os processos de independência ocorridos, especialmente, durante os séculos 18 e 19, não foram suficientes para libertar negros e indígenas dos padrões de poder estabelecidos até então, e que, na realidade, funcionam, de outras formas, até o presente momento, o que constitui uma relação paradoxal entre Estados independentes e sociedades coloniais, visto que a hierarquização racial, atualmente, segue funcionando como uma forma extremamente eficaz dos capitalistas manterem o poder (Quijano, 2005, 2010).

Para Bernardino-Costa (2007), a divisão laboral entre aqueles que são considerados dignos, ou não, de formas de trabalho assalariadas, está englobada na colonialidade do poder, sendo tal divisão, em boa parte, norteadada pela questão racial, tendo o sujeito branco privilégios em tais cenários.

Assim, destaca Quijano (2000), que embora o racismo não seja a única faceta da colonialidade do poder nas relações sociais cotidianas, é, de fato, a mais perceptível e onipresente nos mais distintos níveis da sociedade, o que o torna o principal campo de resistência aos aspectos da colonialidade.

No caso brasileiro, caracterizado por diversas especificidades em relação aos demais países da região, concebeu-se um entendimento em torno do mito ideológico da democracia racial após a igualdade jurídica entre brancos e negros e, para tal lograr êxito, assim como para se promover uma integridade nacional, silenciou-se e deslegitimou-se dados grupos, ademais de não se conceber a colonialidade do poder existente na região, funcionando como forma de mascarar o racismo e a violência estrutural em prol de um dito multiculturalismo que serve ao capitalismo (Bernardino-Costa, 2007; Silva, 2019).

## **2.2 Racismo estrutural e sua relação com o capitalismo no âmbito brasileiro**

Aproximadamente 40% do total de negros escravizados trazidos para o continente americano vieram para o território brasileiro, quantitativo que foi espalhado por todas as regiões do país nas quais existiam ocupações econômicas e distintas classes sociais, vez que, à época, inclusive parte dos indivíduos de esferas mais pobres da sociedade possuíam escravos (Mariuzzo, 2011).

Segundo Moura (1994), tendo sido o Brasil o grande bastião do sistema colonial escravista, não há como pensar a trajetória social do país ou, ainda, entender suas mazelas, tanto no passado como em seu presente momento, sem considerar o que foi e como impactou o seu passado escravista.

Assim, tanto o passado colonial quanto o regime de escravidão, existente à época, são importantes para a compreensão das formações econômica e social do Brasil, contudo, não é possível analisar o atual contexto racial no país sem considerar que o racismo, atualmente, é uma manifestação das estruturas do próprio capitalismo, tendo essas sido forjadas no período de escravidão legalizada, ou seja, as relações desiguais no âmbito das raças são uma base constitutiva para o capitalismo (Almeida, 2018).

Consoante Almeida (2018), há três correntes majoritárias no que tange a concepção sobre o racismo, quais sejam: *individualista*, a partir da qual entende-se que o racismo é um fenômeno psicológico individual, ou seja, que deve ser atribuído a grupos específicos e combatido na esfera jurídica, o que implica no entendimento de que não há sociedades ou estruturas racistas, mas indivíduos; *institucional*, sob este entendimento o racismo é resultado do funcionamento desarranjado das distintas instituições, as quais atuam de forma com que, ainda que inconscientemente, gerem desvantagens e vantagens, para dados grupos, a partir da raça; e *estrutural*, na qual entende-se o racismo como resultante da própria estrutura social de uma dada sociedade capitalista, e, portanto, da forma habitual e normal com que as relações políticas, econômicas e sociais ocorrem em seu âmbito.

Cabe-se destacar que para Almeida (2018) o racismo sempre é estrutural, visto que esse elemento integra, ademais de ser integrante, das organizações econômicas e políticas da sociedade e, portanto, não se trata de uma anormalidade praticada por sujeitos com problemas patológicos em uma escala individual ou de instituições falhas, mas de uma manifestação que compõe a sociedade capitalista.

Dessa forma, sendo estrutural, a compreensão sobre o racismo só se torna possível quando analisada a partir de suas especificidades estruturantes e, ainda, como se relaciona com

as peculiaridades dos sistemas sociais vigentes, dado que as características culturais e biológicas, acerca da raça, só fazem sentido em um certo momento e contexto histórico; assim, não se pode compreendê-lo a partir de relações diretas e automáticas para com os sistemas econômicos e políticos de uma dada época (Almeida, 2018).

Ainda segundo o autor, o racismo pode ser manifestado tanto por atitudes conscientes quanto inconscientes – a partir de uma ideologia – que implicam em privilégios ou desvantagens para os sujeitos, dependendo do grupo em que estejam inserido, sendo, assim, uma forma sistemática discriminatória que tem a raça como fundamento.

A ideologia racista, que existe ancorada em práticas concretas, para além de moldar as consciências dos indivíduos – inclusive negros –, influencia seus inconscientes e, por essa razão, os próprios costumes e práticas tidos como habituais estão, de alguma forma, impactados por tal lente ideológica (Almeida, 2018).

No caso do Brasil, a ciência e a cultura tiveram, historicamente, papel fundamental em sua formulação e manutenção, como, por exemplo, a partir do conceito de democracia racial (Freyre, 1962), o qual passou a ser largamente utilizado por distintos governos, grupos midiáticos e científicos a fim de defender a união e um dito nacionalismo entre os cidadãos do país, visando o crescimento econômico e a manutenção do sistema capitalista local, o que, na prática, dificultou a elaboração de políticas de combate ao racismo, ao apresentar que, se todos são iguais, todos têm as mesmas chances (Twine, 1997).

Considerando-se que o Estado necessita manter a viabilidade de manutenção das suas capacidades políticas e econômicas, em consonância com as estruturas socioeconômicas capitalistas (Hirsch, 2010), e que o próprio sistema capitalista, construído por relações históricas (Polanyi, 2013) que abarcam, também, os conflitos de raça, requer a desigualdade e a alienação como requisitos básicos de sustentação de suas próprias bases (Reich, 1981), atualmente o mito da democracia racial se configura a partir da ideologia meritocrática (Saes, 1975), a qual naturaliza o racismo e a desigualdade (Almeida, 2017).

Destaca-se que, consoante Saes (1975), no Brasil, a ideologia meritocrática teve início no período de transição do regime escravista para a instituição da primeira república e, portanto, desde seu princípio, está relacionada ao contexto racial de desigualdade no país, funcionando, atualmente, conforme apontado por Quijano (2005), como uma nova forma legitimar as ideias e práticas do passado nas relações de superioridade e inferioridade entre os dominados e dominantes.

Em países desiguais como o Brasil, a ideologia meritocrática é uma forma de renovação do racismo no âmbito das sociedades capitalistas, a quais não mais necessitam do racismo legalizado, dado que a indiferença defendida a partir da suposta igualdade racial existente supre as necessidades de tal sistema econômico (Almeida, 2018).

Dessa forma, a narrativa ideológica da meritocracia, que visa a coesão e integração do sistema capitalista ao apontar que os indivíduos podem chegar aonde desejarem (Santos, 2017), e, por outro lado, assinala que seu insucesso, independentemente de sua raça e, conseqüentemente, das estruturas sociais e ideológicas às quais está submetido, como sendo puramente resultado de suas ações, os transformam em um inimigo, alguém que ameaça tal sistema, servindo para conter a insatisfação social gerada pelas próprias mazelas do capitalismo e promover o desmonte de políticas públicas de redução da desigualdade (Almeida, 2018).

### **2.3 A narrativa majoritária sobre empreendedorismo nos estudos Organizacionais**

A temática do empreendedorismo passou, nas duas primeiras décadas do presente século, cada vez mais, a se tornar um tema de pesquisa adotado em quantidade crescente por distintos estudiosos, em seus mais distintos aspectos, consoante apontado em pesquisas bibliométricas, tanto no âmbito brasileiro (Gimenez, 2017; Rosolen et al., 2014; Silveira &

Silveira-Martins, 2016) quanto no internacional (Rey-Martí et al., 2016, Servantie et al., 2016; Vallaster et al., 2019).

Segundo Ferreira, Miranda, Reis, Pinto e Serra (2013), que analisaram 413 artigos publicados em um dos principais periódicos internacionais acerca da temática em voga (Ratnatunga & Romano, 1997) no período compreendido entre 1987 a 2010, o aumento do interesse no tema, no concernente às pesquisas acadêmicas, tende a ser justificado pela suposta ineficiência dos Estados em mitigar os efeitos das crises econômicas recorrentes ao sistema capitalista e, assim, os indivíduos necessitam assumir tal responsabilidade.

Seguem Ferreira et al. (2013) apontando que os pesquisadores e instituições estrangeiros, em sua maioria estadunidenses e ingleses, relacionados ao tema do empreendedorismo, tendem a dar ênfase a teorias econômicas e funcionalistas, existentes no âmbito da Ciência Administrativa e da Ciência Econômica, visando analisar, no geral, aspectos relacionados à criação de valor, tanto no campo macro quanto na micro.

Na esfera brasileira, foi apontado por Gimenez (2017) a preponderância quase absoluta, mais precisamente de aproximadamente 90%, de autores estrangeiros nas citações em pesquisas sobre o tema, sendo a obra *The theory of economic development*, do economista liberal Joseph Schumpeter (1883 – 1950), a mais utilizada.

Para Schumpeter (2001), em sua teoria sobre o desenvolvimento econômico, o indivíduo que empreende – ou seja, o empreendedor – é, também, responsável pelo desenvolvimento da economia a partir de suas ações, caracterizadas como inovadoras, no que concerne reformas, ou mesmo revoluções, dos padrões de produção existentes a uma dada época e, assim, se configura como sendo de extrema importância no processo de crescimento econômico no capitalismo, por ser o agente responsável pela identificação e criação de novas oportunidades.

No que tange ao aspecto micro, mais precisamente, o pessoal, atualmente, tende-se a defender que, ao contrário do que fora apontado, quando acreditava-se que as características empreendedoras eram inatas aos indivíduos, as características desejáveis para o comportamento empreendedor podem e devem ser ensinadas a qualquer pessoa (Silva & Patrus, 2017; Yusoff, Hakim, Zainol, & Ibrahim, 2015).

Dessa forma, há uma tendência de crescimento no quantitativo de pesquisas sobre a educação empreendedora (Krüger, Johann, & Minello, 2018), nas quais, no geral, destaca-se a relevância de que, no âmbito do ensino, os estudantes sejam moldados ao comportamento esperado, no sistema capitalista, por parte dos empreendedores (Oosterbeek, Praag, Ljsselstein, 2010; Unger, Rauch, Frese, & Rosenbusch, 2011) e, preferencialmente, que tal processo seja iniciado ainda na infância ou na juventude (Dolabela, 2007; Gomes, Silva, 2018; Kassean, Vanevenhoven, Liguori, & Winkel, 2015), o que, para Costa, Barros e Martins (2008), demonstra a subordinação de parte da educação aos interesses dos sistemas empresariais.

A percepção relacionada aos sujeitos que empreendem serem, de alguma forma, figuras simbólicas de respeito, seja por seus feitos ou por suas ditas qualidades pessoais, e que, por isso, merecem servir de inspiração para a sociedade como um todo, tende a ser internalizada nas subjetividades de distintos indivíduos que, ainda que não percebam, tendem a promover o culto ao empreendedorismo (Borges, Cappelle, & Campos, 2019), o qual é reforçado também pela mídia, especialmente ao apresentar casos de sucesso cuidadosamente selecionados (Costa et al., 2012; Costa & Saraiva, 2014).

Nesse sentido, ainda que no que diz respeito aos indivíduos, divulga-se uma narrativa de que aqueles que optam pelo caminho do empreendedorismo se tornam responsáveis por seus próprios trajetos, assim como suas possibilidades de sucesso, dependendo apenas deles o controle das imprevisibilidades da vida (Costa et al., 2012) e, portanto, divulga-se uma ótica meritocrática, a partir da qual, como em um evento esportivo, os sujeitos são ensinados, desde cedo, a competir entre eles, sendo merecedores de suas vitórias ou derrotas (Streeck, 2018).

No concernente à esfera macro, mais precisamente, sobre a relação entre empreendedorismo e crescimento econômico, parece existir um consenso sobre a primazia dos benefícios de empreender tanto para a redução do desemprego e desigualdades sociais (Almeida, Santos, Ferreira, & Albuquerque, 2013; Degen, 2009), quanto para o crescimento econômico em países (Toma et al., 2014; Wiklund et al., 2011) e, ainda, regiões dentro de um mesmo Estado (Barros & Pereira, 2008; Ramos et al., 2020).

Contudo, no que toca especificamente a países periféricos e semiperiféricos, os pesquisadores aproximados à corrente funcionalista dos estudos em empreendedorismo parecem, ainda, tentar entender as razões pelas quais as práticas empreendedoras nessas regiões não geram os mesmos resultados que nos países centrais (Naude, 2010; Ratten, 2014), o que é explicado apenas pela primazia do denominado empreendedorismo por necessidade, que pouco contribuiria para as economias locais nos países mais pobres (Barros & Pereira, 2008; Zaki & Rashid, 2016) e, assim, uma possível solução para tal insucesso seria a de que tanto Estados quanto universidades invistam, ainda mais, na educação empreendedora (Degen, 2008).

Consoante o exposto, identifica-se a existência de uma narrativa majoritária acerca do empreendedorismo nas pesquisas em Administração no Brasil, ancorada na ideologia da meritocracia e catalisadora do neoliberalismo, na qual aponta-se tal atividade, como sendo um elemento de desenvolvimento econômico, tanto para distintas nações quanto para regiões intranacionais, assim como forma de ascensão social para os mais distintos sujeitos que, por serem considerados vencedores, devem servir de exemplo para os demais e, portanto, os conhecimentos concernentes ao ato de empreender devem ser ensinados o mais rapidamente possível aos indivíduos em geral, uma vez que os Estados são ineficientes e, assim, o mercado passaria a cumprir parte de suas funções.

Para pesquisadores relacionados aos estudos críticos sobre empreendedorismo, a narrativa majoritária sobre o empreendedorismo, de cunho funcionalista, na prática, fortalece o discurso neoliberal, ao promover a individualidade, a insegurança, a meritocracia e a conformidades com os riscos e desigualdades, ademais de promover o empreendedorismo como um fenômeno de massa norteado pelo capital (Costa, Barros, & Carvalho, 2011); contudo, consoante López-Ruiz (2007), o empreendedorismo não se trata de uma produção do neoliberalismo, visto que ambos formam uma dupla que caminha em conjunto.

De fato, a ideologia neoliberal necessita da figura do empreendedor enquanto um fenômeno de massa, a fim de que, além da manutenção do *status quo*, seja promovida a universalização de tal ótica ideológica como sendo a única possível na sociedade, ou seja, que passe a ser entendida como uma necessidade, e o que se espera, dos seres humanos em geral, e não apenas de grupos privilegiados (Ferraz, 2019; López-Ruiz, 2007).

Assim, a narrativa majoritária sobre o empreendedorismo no Brasil, identificada no presente ensaio, para além de reforçar o discurso neoliberal, esconde aspectos estruturais abarcados por relações de poder na sociedade brasileira – especialmente no que tange aos grupos minoritários –, assim como a quem interessa o estímulo ao empreendedorismo capitaneado pelo pensamento eurocêntrico e estadunidense, o qual, no geral, empiricamente, se configura a partir do, e para o, empreendedor capitalista, branco, homem e heterossexual (Costa & Saraiva, 2014; Essers & Benschop, 2007) e, adiciona-se, cisgênero.

Nesse sentido, não é uma surpresa que a narrativa majoritária acerca do empreendedorismo, seja: oriunda do norte global, de base eurocêntrica e acriticamente adotada também no Brasil (Ferreira, Pinto, & Miranda, 2015; Gimenez, 2017); dessa forma, já nasce fragilizada (Ferraz, 2019), dado que a própria área da Administração no país, está, no geral, subjugada ao conhecimento de matriz eurocêntrica (Abdalla & Faria, 2017; Carvalho et al., 2017; Faria & Wanderley, 2013), o que configura uma relação de colonialidade do saber (MIGNOLO, 2017), uma das facetas da colonialidade do poder (Quijano, 2000), também no âmbito da Administração no Brasil, e que se materializa, no que toca à área de pesquisa sobre

empreendedorismo no país como um todo, na não compreensão sobre a diferença de resultados em relação a tal prática nos países centrais e os demais (Naude, 2010; Ratten, 2014; Stel, Carree, & Thurik, 2005), e que, no concernente ao empreendedorismo negro, se materializa a partir do silenciamento acerca de como os aspectos estruturais raciais e sociais impactam em tal seara (Oliveira, Pereira, & Souza, 2013), dado que, escorada na ideologia da meritocracia, reforça o racismo estrutural (Almeida, 2018).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente ensaio teórico buscou-se identificar a narrativa majoritária presente nas pesquisas sobre empreendedorismo no Brasil, a fim de discorrer sobre como se configura e quais são suas implicações para o racismo de cunho estrutural no Brasil, visando a proposição de pistas epistêmicas para que tais aspectos sejam mitigados no campo de pesquisa analisado.

Na referida narrativa majoritária, identificada no presente ensaio, é enfatizado, de forma praticamente homogênea e acrítica, o entendimento de que a prática do empreendedorismo é relevante no que tange à redução do desemprego e das desigualdades sociais, assim como para o crescimento econômico, tanto em distintos países quanto em regiões intranacionais – embora tenha sido apontada a diferença nos ditos benefícios econômicos do empreendedorismo nas nações centrais em comparação às periféricas e semiperiféricas.

Se fez possível identificar, também, que a narrativa majoritária acerca do empreendedorismo no Brasil o relaciona aos sujeitos que, dentre outros aspectos, são considerados potencialmente vencedores, no âmbito do capitalismo, e que apresentam características pessoais, inatas ou aprendidas, que os diferenciam na sociedade, e, dessa forma, tendo suas subjetividades moldadas o mais brevemente possível ao padrão exigido em tal sistema econômico, devem servir de exemplo para os demais indivíduos, o que é reforçado nos campos científico, educacional e midiático.

Nesse sentido, tal narrativa sobre empreendedorismo, acriticamente importada do norte global, fortalecedora do discurso neoliberal e inserida em um contexto de colonialidade do saber, é pautada, também, pela ideologia da meritocracia, a qual, em países semiperiféricos com desigualdades sociais consideráveis, funciona como uma das formas de manutenção das estruturas vigentes.

Ademais, por se tratar do Brasil, país semiperiférico no qual a descolonização foi inacabada, e atualmente se apresenta, também, sob a forma da colonialidade do poder – ancorada, em sua essência, pelo princípio organizador de raça e o próprio racismo –, a ideologia meritocrática, forma sistemática discriminatória originária no país no período final do regime escravista e, no presente momento, aspecto basilar na narrativa majoritária sobre o empreendedorismo, serve como uma forma de naturalização das desigualdades, ao apontar que o sucesso ou insucesso dos indivíduos se deve puramente aos seus próprios méritos, independentemente das estruturas sociais e ideológicas às quais estão submetidos e, que, no caso dos negros, tendem a ser ainda mais perversas, fortalecendo, assim, tanto na consciência quanto na subconsciência, o racismo estrutural.

Consoante o exposto, propõe-se algumas pistas epistêmicas que podem ser consideradas em pesquisas acerca do empreendedorismo no Brasil a fim de mitigar os efeitos da narrativa majoritária na área no que concerne sua relação com o racismo estrutural: 1) Consoante Ibarra-Colado (2006), defende-se que nos preocupemos menos com as teorias universalistas e foquemos mais na especificidades locais – dado que a realidade é a fonte da teoria –, a fim de estarmos atualizados sobre o contexto na qual o empreendedorismo está inserido, o que pode ser feito, também, a partir de trabalhos de campo com empreendedores negros; 2) Que o pensamento de fronteira (Mignolo, 2003) e a redução sociológica (Ramos, 1996), passem a ser adotados nas pesquisas acerca da temática, a fim de que seja possível construir um

conhecimento a partir do lado interno da borda no qual estamos inserido – embora sem necessariamente se desconsiderar o externo; e 3) que as especificidades estruturais e os laços históricos do país, especialmente os que mais impactam à população negra e que, em boa parte, estão relacionadas tanto à herança colonial qual à colonialidade, passem a ser considerados em tais pesquisas.

Dessa forma, acredita-se que uma outra narrativa sobre o empreendedorismo no Brasil é possível, na qual, ao se considerar as especificidades locais, em partes advindas do passado colonial e do presente de colonialidade, especialmente no que tange às denominadas minorias, não mais servirá como uma mera ferramenta de manutenção da ideologia neoliberal e do racismo estrutural, mas como uma forma não ideológica de prática econômica opcional e de resistência aos aspectos tanto da colonialidade do saber quanto do poder.

## Referências

- Abdalla, M. M., & Faria, A. (2017). Em defesa da opção decolonial em administração/gestão. *Cadernos EBAPE.BR*, 15 (4), 914-929.
- Albagli, S., & Maciel, M. L. (2003). Capital social e desenvolvimento local. In: LASTRES, H. M. M., CASSIOLATO, J. E., MACIEL, M. M. (Org.). *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local* (pp. 423-440). Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Alencastro, L. F. (2000). *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Almeida, J. G., Santos, E. J., Ferreira, J. A., & Albuquerque, C. P. (2013). Desemprego e empreendedorismo: da ambiguidade da relação conceitual à eficácia das práticas de intervenção social. *Plural*, 20 (1), 31-56.
- Almeida, S. L. (2017). Capitalismo e crise: o que o racismo tem a ver com isso?. In: OLIVEIRA, Dennis de. (Org.). *A luta contra o racismo no Brasil* (pp.187-198). São Paulo: Edições Fórum.
- Almeida, S. L. (2018). *Racismo estrutural*. Belo Horizonte: letramento.
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista brasileira de ciência política*, (11), 89-117.
- Barros, A. A., & Pereira, C. M. M. A. (2008). Empreendedorismo e crescimento econômico: uma análise empírica. *Revista de administração contemporânea*, 12 (4), 975-993.
- Bauer, A. P. M., Silva, V. F., & Wanderley, S. E. P. V. (2019). Decolonialidade, border thinking e organizações: as contribuições de Guerreiro Ramos e Celso Furtado. *Cuadernos de Administración*, 32 (58).
- Beigel, F., & Sabea, H. "Introducción". (2014). In: Beigel, Fernanda, Sabea, Hanan (Org.). *Dependencia Académica y profesionalización en el Sur: Perspectivas desde la periferia*. Mendoza: EDIUNC.
- Bernardino-Costa, J. Colonialidade do poder e subalternidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. (2007). *Revista Brasileira do Caribe*, 7 (14), 311-345.
- Bernardino-Costa, J., & Grosfoguel, R. (2016). Decolonialidade e perspectiva negra. *Sociedade e Estado*, 31 (1), 15-24.
- Bersani, H. (2018). Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil. *Revista Extraprensa*, 11 (2), 175-196.
- Borges, D. A. H., Cappelle, M. C. A., & Campos, R. C. (2019). Empreendedor de si próprio: como a cultura do management contribui para o sequestro da subjetividade. *Revista Brasileira de Estudo Organizacionais*, 6 (2), 410-427.
- Carvalho, V., Ipiranga, A. S. R., & Faria, A. A. (2017). (De) Colonialidade na educação em Administração: explorando limites e possibilidades. *Education Policy Analysis Archives*, 25 (47).

- Conceição, E. B. (2009, setembro). A negação da raça nos estudos organizacionais. *Anais do ENANPAD*. São Paulo, SP, Brasil, 33. Recuperado de <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR1426.pdf>.
- Costa, A. M., Barros, D. F., & Martins, P. E. M. (2008). Linguagem, relações de poder e o mundo do trabalho: a construção discursiva do conceito de empreendedorismo. *Revista de Administração Pública*, 42 (5), 995-1018.
- Costa, A. M., Barros, D. F., & Martins, P. E. M. (2012). A alavanca que move o mundo: o discurso da mídia de negócios sobre o capitalismo empreendedor. *Cadernos EBAPE.BR*, 10 (2), 357-375.
- Costa, A. M., Barros, D. F., & Carvalho, J. L. F. S. (2011). A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo. *Revista de Administração Contemporânea*, 15 (2), 179-197.
- Costa, A. S. M., & Saraiva, L. A. S. (2014). Ideologias organizacionais: uma crítica ao discurso empreendedor. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, 1 (2), 187-211.
- Degen, R. J. (2008). Empreendedorismo: uma filosofia para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza. *Revista de Ciências da Administração*, 10 (21), 11-30.
- Degen, R. J. (2009). *Empreendedor: empreender como opção de carreira*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Dolabela, F. (2007). Ensino de empreendedorismo na educação básica como instrumento do desenvolvimento local sustentável. *Revista Factus*, 25 (1).
- Essers, C., & Benschop, Y. (2007). Enterprising identities: female entrepreneurs of Moroccan or Turkish origin in the Netherlands. *Organization Studies*, 28 (1), 49-69.
- Faria, J. H., Meneghetti, F. K., & Stefani, D. (2016). Razão tradicional e razão crítica: os percursos da razão no ensino e a pesquisa em administração na concepção da teoria crítica. *Revista de Ciências da Administração*, 18, (45), 140-154.
- Faria, A., & Wanderley, S. (2013). Fundamentalismo da gestão encontra a descolonialidade: repensando estrategicamente organizações familiares. *Cadernos EBAPE.BR*, 11 (4), 569-587.
- Ferraz, J. M. (2019). *Para além da inovação e do empreendedorismo no capitalismo brasileiro* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, BRASIL. Recuperado de <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/30364>
- Ferreira, M. P., Miranda, R., Reis, N. R., Pinto, C. F., & Serra, F. R. (2013). Pesquisa em empreendedorismo no principal periódico internacional: um estudo bibliométrico das publicações no Journal of Business Venturing entre 1987 e 2010. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, 3(1), 56-83.
- Ferreira, M. P. V., Pinto, C. F., & Miranda, R. M. (2015). Três décadas de pesquisa em empreendedorismo: uma revisão dos principais periódicos internacionais de empreendedorismo. *Revista Eletrônica de Administração*, 21 (2), 406-436.
- Fernandes, F. (1968). *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Freyre, G. (1962). *O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas.

- Furtado, C. (1974). *O Mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gimenez, F. A. P. (2017). Quebra-cabeça ou caleidoscópio? tentando construir uma imagem da pesquisa em empreendedorismo. *Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo*, 2 (4), 285-323.
- Gomes, D. C., & Silva, L. A. F. (2018). Educação empreendedora no ensino profissional: desafios e experiências numa instituição de ensino. *HOLOS*, 1 (34), 118-139.
- Grosfoguel, R. (2003). *Colonial subjects: puerto ricans in a global perspective*. Berkeley: University of California Press.
- Grosfoguel, R., & Maldonado-Torres, N. (2008). Los latinos, los migrantes y la descolonización del imperio estadounidense en el siglo XXI. *Tabula Rasa*. (9),117-130.
- Hirsch, J. (2010). *Teoria materialista do Estado*. Rio de Janeiro: Revan.
- Ibarra-Colado, E. (2006). Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins. *Organization*, 13 (4), 463-488.
- Kassean, H., Vanevenhoven, J., Liguori, E., & Winkel, D. E. (2015). Entrepreneurship education: a need for reflection, real-world experience and action. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 21 (5), 690-708.
- Krüger, C., Johann, D. A., & Minello, I. F. (2018). Educação empreendedora: um estudo bibliométrico sobre a produção científica recente. *Navus - Revista de Gestão e Tecnologia*, 8 (4), 125-145.
- López-Ruiz, O. (2007). Ethos empresarial: el "capital humano" como valor social. *Estudios Sociológicos*, 25 (74), 399-425.
- Mariuzzo, P. (2011). Atlas do comércio transatlântico de escravos. *Ciência e cultura*, 63 (1), 59-61.
- Mignolo, W. (2000). *Local histories/global designs*. Princeton: Princeton Press.
- Mignolo, W. (2003). *Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Ediciones Akal.
- Mignolo, W. (2009). Epistemic disobedience, independent thought and decolonial freedom. *Theory, Culture & Society*, 26 (7), 159-181.
- Mignolo, W. (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, 32 (94), 1-17.
- Moura, C. (1994). *Dialética radical do brasil negro*. São Paulo: Editora Anita.
- Naude, W. (2010). Entrepreneurship, developing countries, and development economics: new approaches and insights. *Small Business Economics*, 34 (1), 1.
- Novaes, M. B. C., & Gil, A. C. (2009). A pesquisa-ação participante como estratégia metodológica para o estudo do empreendedorismo social em administração de empresas. *Revista de Administração Mackenzie*, 10 (1), 134-160.
- Oliveira, J. S., Pereira, J. A., & Souza, M. C. D. (2013). Empreendedorismo, cultura e diversidade: a participação dos empreendedores negros nas atividades empreendedoras no Brasil no período de 1990 a 2008. *Contextus*, 11 (2), 7-30.

- Oosterbeek, H., Van Praag, M., & Ijsselstein, A. (2010). The impact of entrepreneurship education on entrepreneurship skills and motivation. *European Economic Review*, 54 (3), 442-454.
- Paula, A. P. P. D., Maranhão, C. M. S. D. A., Barreto, R. D. O., & Klechen, C. F. (2010). A tradição e a autonomia dos estudos organizacionais críticos no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, 50 (1), 10-23.
- Pinto, J. R. S., & Mignolo, W. (2015). A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. *Civitas*, 15 (3), 381-402.
- Polanyi, K. (2013). *A grande transformação*. Lisboa: Leya.
- Quijano, A. (1995). Raza, etnia y nación en Mariátegui: cuestiones abiertas. *Estudios Latinoamericanos*, 2 (3), 3-19.
- Quijano, A. (2000). ¡Qué tal raza! *International Latin American Studies Review*, (1), 192-200.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales* (pp. 117-142). Buenos Aires: CLACSO.
- Quijano, A. (2010). Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. D. S.; MENESES, M. P. *Epistemologias do Sul* (pp. 84-130). São Paulo: Cortez.
- Ramos, G. J. C., Albuquerque, W. F., Ribeiro, H. G. R. A., & Souza, J. A. N. (2020). Empreendedorismo, crescimento econômico e desemprego: um estudo empírico no estado do rio grande do norte. *Revista de Administração Unimep*, 18 (2), 98-122.
- Ratnatunga, J., & Romano, C. (1997). A citation classics' analysis of articles in contemporary small enterprise research. *Journal of Business Venturing*, 12, (3), 197-212.
- Ratten, V. (2014). Future research directions for collective entrepreneurship in developing countries: a small and medium-sized enterprise perspective. *International Journal of Entrepreneurship and Small Business*, 22 (2), 266-274.
- Reich, M. (1981). *Racial inequality*. Princeton: Princeton Press.
- Rey-Martí, A., Ribeiro-Soriano, D., & Palacios-Marqués, D. A bibliometric analysis of social entrepreneurship. *Journal of Business Research*, 69 (5), 1651-1655, 2016.
- Rosolen, T., Tiscoski, G. P., & Comini, G. M. (2014). Empreendedorismo social e negócios sociais: Um estudo bibliométrico da produção nacional e internacional. *Revista Interdisciplinar de gestão social*, 3 (1), 85-105.
- Saes, D. A. M. (1975). *Classe média e política na Primeira República brasileira (1889 -1930)*. Petrópolis: Vozes.
- Santos, E. L. S. (2017). *Relações raciais e empreendedorismo: um estudo sobre negros empreendedores na região metropolitana do Rio de Janeiro* (Dissertação de mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, BRASIL. Recuperado de <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8527>.
- Servantie, V., Cabrol, M., Guieu, G., & Boissin, J. P. (2016). Is international entrepreneurship a field? A bibliometric analysis of the literature (1989–2015). *Journal of International Entrepreneurship*, 14 (2), 168-212.
- Schumpeter, J. (2001). *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural.

- Silva, F. P., Baltar, P., & Lourenço, B. (2018). Colonialidade do saber, dependência epistêmica e os limites do conceito de democracia na América Latina. *Revista de estudos e pesquisas sobre as Américas*, 12 (1), 68-87.
- Silva, J. F., & Patrus, R. (2017). O “bê-á-bá” do ensino em empreendedorismo: uma revisão da literatura sobre os métodos e práticas da educação empreendedora. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, 6 (2), 372-401.
- Silva, M. B. (2019). *Colonialismo e colonialidade no Brasil e na Amazônia paraense* (Tese de doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37833>
- Silveira, B. R., & Silveira-Martins, E. (2016). Orientação empreendedora: uma análise bibliométrica em periódicos nacionais e internacionais. *Revista de Administração FACES Journal*, 15, (4), 101-126.
- Stel, A. V., Carree, M., & Thurik, R. (2005). The effect of entrepreneurial activity on national economic growth. *Small Business Economics*, 24 (3), 311-321.
- Streeck, W. (2018). *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo.
- Tirado, G. P. (2009). Violencia epistémica y descolonización del conocimiento. *Sociocriticism*, 24 (1), 173-201.
- Toma, S. G., Grigore, A. M., & Marinescu, P. (2014). Economic development and entrepreneurship. *Procedia Economics and Finance*, 8 (1), 436-443.
- Twine, F. W. (1997). *Racism in a racial democracy: the maintenance of white supremacy in Brazil*. New Jersey: Rutgers University Press.
- Unger, J. M., Rauch, A., Frese, M., & Rosenbusch, N. (2011). Human capital and entrepreneurial success: A meta-analytical review. *Journal of business venturing*, 26 (3), 341-358.
- Yusoff, B., Hakim, M. N., Zainol, F. A., & Ibrahim, M. D. (2015). Entrepreneurship education in Malaysia's public institutions of higher learning - a review of the current practices. *International Education Studies*, 8 (1), 17-28.
- Vallaster, C., Kraus, S., Lindahl, J. M. M., & Nielsen, A. (2019). Ethics and entrepreneurship: A bibliometric study and literature review. *Journal of Business Research*, 99, 226-237.
- Wallerstein, I. (1974). *O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Porto: Afrontamentos.
- Wiklund, J., Davidsson, P., Audretsch, D. B., & Karlsson, C. (2011). The future of entrepreneurship research. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 35(1), 1-9.
- Williams, E. (2012). *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Zaki, I. M.; & Rashid, N. H. (2016). Entrepreneurship impact on economic growth in emerging countries. *The Business & Management Review*, 7 (2), 31-39.